▪ **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

CONTRARRAZÃO :

CONTRARRAZÃO

DIGNÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

APRESENTAÇÃO DE CONTRARRAZÃO em face do Recursos apresentado ao Pregão Eletrônico Nº 021/2023.

A empresa INDEX SOLUCOES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ 10.725.585/0001-60, situada na Rua 8 esq com Rua 7, Nº 167, Qd. 16 Lt. 14, Goiânia-GO, 74853-210, vem tempestivamente, por intermédio de seu representante legal, interpor a contrarrazão ao recurso apresentado ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2023.

DOS FATOS

A empresa B2G COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA, inscrita no CNPJ nº 38.179.851/0001-16, alega em seu recurso que o equipamento apresentado por nossa empresa não atenderia todos os requisitos contidos no edital. Alegou ainda que nossa empresa teria deixado de apresentar as declarações de "garantia, acessibilidade e Anexo II"; "contrato social e documentos do sócio"; e "certidão negativa de falência".

Pela ordem dos questionamentos apresentados, explicamos ponto a ponto:

1) o equipamento da Index atende perfeitamente 100% dos pontos do edital. Sua ficha técnica enviada comprova isso. Nossa empresa está habituada a fornecer equipamentos similares para diversos órgãos públicos de esferas nacional, estadual e municipal, sem contar dezenas de empresas paraestatais (Sistema S) e empresas privadas que são, há anos, clientes satisfeitos com nossos produtos.

2) A empresa impetrante do recurso erra grosseiramente ao afirmar que houve descumprimento de envio da documentação exigida pelo edital:

2.1) Em sua página 4, no item "10. Da Habilitação", o edital apresenta rol taxativo dos documentos que deveriam ser apresentados no momento da habilitação. Nossa empresa cumpriu fielmente o que foi exigido no item 10.1. A prova maior são os documentos anexados e disponíveis no sistema ComprasNet.

2.2) Voltando a citar o item 10.1, que exige quais documentos deverão ser enviados no momento da habilitação para o certamente, deixamos claro que o Anexo IV não está ali citado. Além disso, como se não bastasse, basta uma atenta leitura no texto do referido anexo para perceber que ele só teria aplicabilidade após a conclusão da licitação, no início da efetiva execução do contrato.

Cito as primeiras três linhas do Anexo IV, TERMO DE DECLARAÇÃO DE GARANTIA DE FORNECEDOR. "A empresa _____, inscrita no CNPJ n._____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a)_____, inscrito no CPF n._____ e portador(a) do RG n._____SSP/__, compromete-se a prestar garantia nas condições especificadas no Termo de Referência, durante o prazo mínimo de ____ (_____) meses, a contar do atesto na Nota Fiscal, nos equipamentos/materiais discriminados na Nota Fiscal n.____," (grifo nosso).

Note que é exigido o número da nota fiscal. Por óbvio a exigência deste anexo só é cabível durante a execução do contrato, no momento que a empresa vencedora da licitação fornecer o(s) totem(ns) e então ser possível a geração da nota fiscal. Só após a NF gerada que é possível a obtenção do seu número, que é parte editável na declaração citada. Portanto, torna-se IMPOSSÍVEL o fornecimento de número de nota fiscal no momento de disputa para definir qual empresa vai vencer a licitação.

Vamos além: trata-se de registro de preço. Durante sua vigência, podem existir várias solicitações de fornecimento de produtos (no limite da quantidade estabelecida no edital), de forma a gerar, a cada pedido, uma nota fiscal, com seu respectivo número. Apenas neste momento (geração da NF) faz-se possível saber o número da nota fiscal, com o devido preenchimento do Anexo IV.

2.3) A declaração do Anexo II, que faz referência ao Simples Nacional, só será exigida à empresa vencedora, conforme está explícito no item 1.2.2.: "Modelo Declaração a que se refere o art. 4º, XI, IN RFB n. 1.234 (somente para a empresa vencedora, quando esta for optante pelo SIMPLES)" (grifo nosso). O próprio texto do edital deixa claro que só será exigido, posteriormente, da empresa vencedora. Voltamos a lembrar que são obrigatórios apenas os envios dos documentos elencados no item 10.1 do edital.

2.4) Conforme já citado, dentre os documentos solicitados no item 10.1 não consta certificado de acessibilidade. Além disso, as definições de tamanho, profundidade e demais requisitos técnicos para satisfazerem sua necessidade foram determinados pelo Ministério Público do Tocantins no seu termo de referência. E em relação aos pontos ali apresentados, o nosso equipamento atende 100% do solicitado.

2.5) O impetrante do recurso falha de forma grosseira em dizer que não foi enviado o contrato social, documentos do sócio e certidão negativa de falência. O edital não exige tais documentos no momento da habilitação. Voltamos a citar o item 10.1 do edital que trata do tema com rol taxativo.

DO DIREITO

A empresa questionadora cita diversos princípios da administração pública que constam na Constituição Federal e na Lei 8.666/93. Todos os princípios estão sendo respeitados. Cabe a Administração Pública, dono da licitação, determinar os documentos que serão exigidos para o certamente. Da forma como foi exposto no recurso, a empresa questionadora está subvertendo os princípios que ela cita na Lei 8.666/93. O que fica constatado é que um dos fornecedores interessados quer determinar quais documentos deveriam ou não ser cobrados, exigindo na peça recursal pontos alheios ao que se determina no edital.

DO PEDIDO

Diante do exposto, requeremos a negação ao recurso ora apresentado.

Assim, de forma respeitosa, concluímos nossa contrarrazão.

Goiânia-GO, 18 de julho de 2023.

Eziley Barbosa da Costa
DIRETOR COMERCIAL

Fechar